Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Língua em Movimento: práticas pedagógicas para o ensino do português na perspectiva da variação linguística

Jacqueline dos Santos Bispo(UFRB)

https://orcid.org/0009-0005-3687-5823

jacqueline@aluno.ufrb.edu.br

Ednei Nunes de Oliveira (UFRB)

https://orcid.org/0000-0001-8464-4687

edneioliveira@ufrb.edu.br

***Resumo**: Considerando que o ensino da língua portuguesa exerce um papel fundamental no processo de aprendizagem e se relaciona diretamente com a variação linguística natural, torna-se essencial adotar práticas pedagógicas que reconheçam, valorizem e integrem as diferentes variantes do português brasileiro no contexto escolar. Este trabalho tem como objetivo observar e analisar as estratégias pedagógicas presentes em livros paradidáticos, manuais e documentos educacionais que promovem o ensino a partir da diversidade linguística. A análise contempla tanto as variações formais, associadas a prestígios econômicos, sociais e culturais, quanto as variações informais, vinculadas a contextos familiares, comunitários e etários, no processo de ensino-aprendizagem. Busca-se, assim, refletir sobre caminhos para a construção de uma pedagogia que reconheça e respeite a heterogeneidade linguística. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com base em obras e documentos educacionais. Com este estudo, espera-se contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais equitativas e para a valorização das variações linguísticas no ensino da língua portuguesa.*

***Palavras-chave:** Ensino. Língua Portuguesa.Variação Linguística.*

***Abstract**: Given that the teaching of Portuguese plays a fundamental role in the learning process and is closely linked to natural linguistic variation, it is essential*

to adopt pedagogical practices that acknowledge, value, and integrate the different varieties of Brazilian Portuguese in educational contexts. This study aims to observe and analyze the pedagogical strategies found in textbooks, teaching manuals, and official documents that support language instruction grounded in linguistic diversity. The analysis includes both formal variations—associated with economic, social, and cultural prestige—and informal ones—related to family, community, and age-based prestige—within the teaching-learning process. The purpose is to identify paths toward a pedagogy that embraces linguistic heterogeneity. The methodological approach will consist of bibliographical research, drawing on relevant books and educational documents. This work aims to offer pedagogical contributions to teaching practices and to foster the equitable appreciation of linguistic variation in Portuguese language education.

Keywords: *Teaching. Portuguese Language. Linguistic Variation.*

1. INTRODUÇÃO

A língua portuguesa, como sistema vivo, apresenta variações decorrentes tanto de sua estrutura interna quanto de fatores sociais, regionais e históricos. Almeida e Bortoni Ricardo (2023, p. 22) destacam que esses elementos moldam a diversidade linguística, exigindo abordagens pedagógicas que a reconheçam. Embora o ensino ainda privilegie uma norma culta dominante, essa visão é limitada frente à complexidade da língua, como aponta Faraco (2008, p. 177), ao observar que a inclusão da variação no discurso educacional não resultou em práticas consolidadas, mantendo-se barreiras simbólicas que desvalorizam a realidade linguística brasileira.

A BNCC reconhece a importância da pluralidade e da equidade (BRASIL, 2018, p. 15), mas sua aplicação enfrenta entraves nas salas de aula, que frequentemente mantêm práticas normativas. Nesse cenário, a sociolinguística – conforme definida por Mussalim e Bentes (2001, p. 31) – oferece suporte teórico para compreender a língua em uso real. Já Bortoni Ricardo (2004, p. 158) propõe, com a sociolinguística educacional, práticas pedagógicas que superem modelos rígidos, promovendo ensino mais contextualizado e eficaz.

A presente investigação analisa, no âmbito acadêmico, o modo como livros paradidáticos, manuais e documentos de referências do curso de Letras da UFRB abordam estratégias pedagógicas que valorizam a variação linguística, elegendo uma das obras que fazem parte da Bibliografia básica de um componente curricular do curso como principal objeto. Nosso interesse abrange tanto variações formais – associadas a prestígios econômicos, sociais ou culturais – quanto variações informais – ligadas a contextos familiares, comunitários ou etários. A problemática central orienta-se pela pergunta: em que medida os recursos didáticos analisados incorporam estratégias que desmontam a primazia da norma culta, promovendo uma educação linguística mais inclusiva e integrada à realidade sociolinguística dos estudantes?

Diante desse questionamento, formulamos as seguintes hipóteses: a) existe uma produção acadêmica capacitadora que reflete a integração da teoria sociolinguística à prática pedagógica; b) no entanto, observa-se uma lacuna entre a normatização da linguagem e a efetiva valorização das variações no material didático; c) a formação docen-

te constitui-se como fator crucial para a efetiva mediação dessas estratégias, alinhando teoria e prática em sala de aula.

O principal objetivo deste estudo é analisar e refletir sobre como a obra "Nós Cheguemu na Escola, e Agora? Sociolinguística e Educação", de Stella Maris Bortoni-Ricardo, discute e apresenta a variação linguística. Para atingir esse objetivo, serão considerados documentos didáticos (livros paradidáticos, manuais, materiais curriculares) que também compõem a bibliografia básica do componente "Sociolinguística e Ensino de Língua" do curso de Letras da UFRB, buscando identificar e categorizar as estratégias pedagógicas que valorizam diferentes variações linguísticas. Os objetivos específicos são: (1) identificar quais tipos de variação (formal e informal) são contemplados nesses materiais; (2) mapear as estratégias didáticas utilizadas; (3) avaliar em que medida tais materiais conectam teoria linguística à prática pedagógica; e (4) refletir sobre a adequação dos recursos ao contexto sociocultural dos alunos.

Justifica-se este estudo pela necessidade de compreender como os recursos didáticos podem contribuir para uma pedagogia mais inclusiva e sensível às realidades linguísticas dos alunos. Ao analisar a bibliografia adotada pela UFRB, o trabalho possibilita reconhecer potencialidades e lacunas na formação docente e no uso institucional de materiais que reflitam a pluralidade linguística. Além disso, a pesquisa contribui para o debate sobre currículo, práticas pedagógicas e equidade linguística, orientando decisões institucionais e docentes.

Adotamos uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva e de natureza básica, segundo Creswell (2010), que aponta a pesquisa qualitativa como instrumento capaz de explorar significados sociais e linguísticos atribuídos por educadores e alunos. Gerhardt e Silveira (2009) reforçam a pertinência dessa abordagem para ciências humanas, uma vez que permite reconhecer especificidades das práticas sociais que uma abordagem quantitativa dificilmente alcançaria.

A pesquisa bibliográfica, conforme Severino (2013) e Gil (2002), foi o método escolhido: procedemos à análise crítica de obras acadêmicas previamente selecionadas (livros, manuais, documentos institucionais). O corpus principal é composto pelo livro didático adotado no componente de sociolinguística da UFRB, complementado por obras centrais da área (Mussalim e Bentes; Bortoni-Ricardo) e outros materiais pará didáticos correlatos que abordam o ensino da variação linguística.

A análise envolveu a leitura reflexiva e categorização de estratégias pedagógicas, identificando como os textos dialogam com a complexidade linguística. Aspectos como sensibilização para diferentes variedades, atividades que incentivam o reconhecimento da norma culta e não-culta como variantes legítimas e propostas de multimodalidade foram observados e sistematizados.

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira seção apresenta a problemática, contexto, referencial teórico, hipóteses, objetivos e justificativa. A segunda seção aprofunda a fundamentação teórica, dividindo-se em três partes: conceitos de sociolinguística, histórico e escolas linguísticas; abordagem da sociolinguística educacional; e práticas pedagógicas relacionadas à variação linguística. Na terceira seção, apresenta-se a análise empírica dos materiais selecionados, com detalhamento das estratégias identificadas. A quarta seção traz a metodologia aplicada e os resultados da análise. Finalmente, a quinta seção reúne as considerações conclusivas, avaliando como os achados dialogam com os objetivos e apontam sugestões para formação docente, elaboração de currículos e desenvolvimento de materiais didáticos.

Com esta estrutura, o trabalho busca articular teoria e prática, reforçando a relevância de uma educação linguística que contemple a pluralidade da língua portuguesa e esteja atenta à diversidade sociocultural dos estudantes.

2. A SOCIOLINUÍSTICA

A sociolinguística surgiu na década de 1960, oferecendo uma abordagem inovadora para a análise da linguagem, ao considerar as variações que ocorrem dentro do sistema linguístico. De acordo com Cezário e Votre (2009), essa área da linguística dedica-se a estudar a língua tal como ela é utilizada nas práticas sociais cotidianas, levando em conta as interações entre os aspectos estruturais da linguagem e os contextos culturais e sociais em que essa produção se dá. Para esses autores, a língua deve ser compreendida como um fenômeno social, o que impossibilita analisá-la de forma isolada, desconsiderando seu contexto cultural, histórico e situacional.

Estabelecida como uma disciplina independente e com forte caráter interdisciplinar, a sociolinguística tem como um de seus pilares a observação da língua em uso. Conforme ressalta Bortoni-Ricardo (2014), embora tenha ganhado corpo como campo científico a partir da metade do século XX, já havia, anteriormente, linguistas cujas investigações apresentavam características sociolinguísticas, como é o caso de Meillet, Bakhtin e os estudiosos do Círculo Linguístico de Praga.

No início, o foco principal da sociolinguística era descrever os fenômenos de variação linguística e os processos de mudança dentro da língua. Como aponta Bortoni-Ricardo (2014), essa ciência, ao consolidar suas bases, concentrou-se especialmente na identificação e análise das transformações linguísticas em curso, expandindo seu campo de interesse com o tempo para abranger outras dimensões da linguagem humana.

Ao longo de sua trajetória, a sociolinguística passou a considerar as interações entre linguagem e sociedade como essenciais para a compreensão da língua. Reforçando essa visão, Cezário e Votre (2011) afirmam que a língua deve ser entendida como uma construção social, e não como um sistema isolado das condições culturais e históricas de seus falantes.

O marco da consolidação da sociolinguística se deu com os trabalhos de William Labov, um linguista norte-americano considerado o fundador do modelo teórico-metodológico da área. Segundo Tarallo (2005), Labov foi responsável por desenvolver os primeiros estudos sistemáticos sobre as variações linguísticas, investigando sua natureza variável e heterogênea, sem romper com a noção de continuidade da língua.

Labov também destacou a necessidade de compreender a variação como um componente essencial da língua falada e propôs sua sistematização com base em dados empíricos, conforme observa Tarallo (1986). Essa concepção levou à formulação da chamada sociolinguística variacionista — também conhecida como sociolinguística quantitativa ou teoria da variação — que passou a tratar a língua como um fenômeno marcado por múltiplas formas legítimas de expressão, refletindo a diversidade social dos falantes.

A partir dessa base teórica, a sociolinguística expandiu seu escopo e passou a investigar novos domínios e fenômenos. Mollica (2003) destaca que a área abrange uma variedade de temas, entre os quais se incluem o contato entre línguas, o surgimento e o

desaparecimento de línguas, o multilinguismo, a variação e a mudança linguística, entre outros.

Ao longo do tempo, o campo foi se diversificando, incorporando diferentes abordagens teóricas e metodológicas, o que contribuiu para o surgimento de diversas vertentes dentro da sociolinguística. Entre elas, destacam-se a sociolinguística variacionista, idealizada por Labov; a sociolinguística interacional, desenvolvida por John Gumperz; e a sociolinguística educacional, formulada por Stella Maris Bortoni-Ricardo. Como afirmam Gonçalves e Góis (2014), todas essas subáreas compartilham a característica de trabalhar com dados reais e empíricos, embora cada uma adote procedimentos metodológicos próprios para a coleta e análise dessas informações.

2.2 SOCIOLINGUÍSTICA: DEFINIÇÃO E CONCEITOS

A sociolinguística dedica-se à análise da língua em situações reais de uso, considerando os múltiplos fatores que influenciam sua variação em contextos sociais concretos. Essa área do saber parte do princípio de que a linguagem é essencialmente variável, dinâmica e fortemente condicionada pelos contextos em que é utilizada. A diversidade de práticas linguísticas reflete as interações sociais que se estabelecem entre os falantes, evidenciando que os usos linguísticos estão impregnados de significados sociais, históricos e culturais. Assim, a sociolinguística propõe uma compreensão da linguagem que vai além de suas estruturas internas, integrando também os aspectos externos e situacionais de sua produção.

2.2.1 Comunidade Linguística

O conceito de comunidade linguística é um dos pilares teóricos da sociolinguística. Segundo Alkmim (2001), a noção baseia-se na ideia de que um grupo de pessoas que se comunica verbalmente compartilha um conjunto comum de normas relacionadas ao uso da língua. Isso significa que os falantes de uma mesma comunidade, ainda que apresentem variações na forma de falar — influenciadas por fatores como idade, gênero, região ou classe social —, reconhecem e compreendem as convenções linguísticas que norteiam suas interações.

As variações linguísticas que ocorrem dentro de uma comunidade são resultado de práticas sociais específicas, e sua interação é constantemente moldada por contextos situacionais. A linguagem utilizada pelos indivíduos está inserida em um tecido social em que se compartilham normas, valores e expectativas sobre o uso da língua, o que garante certa estabilidade comunicativa, apesar da diversidade de formas de expressão. Assim, a comunidade linguística configura-se como um espaço de negociação e validação das formas linguísticas, onde o dinamismo da variação não impede, mas sustenta, a comunicação.

2.2.2 Variante e Variáveis

No campo da sociolinguística, as variantes são entendidas como formas alternativas de se expressar um mesmo conteúdo linguístico. Mollica (2003) define as variantes

como as diferentes manifestações de um fenômeno linguístico sujeito à variação, fenômeno este que, tecnicamente, recebe o nome de variável dependente. Ou seja, as variantes são formas distintas, mas equivalentes em termos de significado, que se alternam conforme os contextos de uso e os perfis socioculturais dos falantes.

Essas variantes não ocorrem aleatoriamente: seu uso revela padrões condicionados por fatores sociais, como o grau de escolaridade, a idade, a origem regional ou o grupo social a que pertence o falante. Coelho et al. (2015) apontam que, para que duas ou mais formas linguísticas sejam consideradas variantes, é necessário que elas possam ser usadas de maneira intercambiável no mesmo contexto comunicativo e que mantenham o mesmo significado referencial. Tal definição reforça a ideia de que a variação é sistemática e observável.

Dessa forma, a escolha de uma variante por um falante não é neutra: ela carrega implicações identitárias, sociais e culturais. A variante padrão, por exemplo, é frequentemente associada ao prestígio social e à norma culta, enquanto as variantes não padrão, por não se alinharem às convenções formais da língua, tendem a ser estigmatizadas, apesar de sua legitimidade no uso cotidiano.

O conceito de variável refere-se ao ponto específico da gramática em que a alternância linguística se manifesta. Conforme Coelho et al. (2015), a variável é um elemento abstrato do sistema linguístico onde se observa a possibilidade de variação. Trata-se, portanto, de um espaço gramatical onde diferentes formas podem ocorrer, revelando a pluralidade dos usos linguísticos e reforçando a ideia de que a língua é uma construção social em constante transformação.

2.3 TEORIAS E ESCOLAS LINGUÍSTICAS

O campo da sociolinguística abriga diversas vertentes teóricas e escolas de pensamento que, embora compartilhem o interesse pela relação entre linguagem e sociedade, distinguem-se por suas abordagens metodológicas e focos analíticos. Este capítulo propõe uma reflexão introdutória sobre algumas dessas correntes, ressaltando seus fundamentos e contribuições à compreensão da variação linguística.

2.3.1 Sociolinguística Variacionista

A sociolinguística variacionista, também chamada de sociolinguística quantitativa ou teoria da variação, surgiu a partir dos trabalhos pioneiros de William Labov na década de 1960. Esta abordagem concentra-se nos fenômenos de variação e mudança linguística, considerando os contextos em que essas transformações ocorrem. De acordo com Coelho et al. (2010), essa vertente reformula o entendimento da estrutura linguística ao propor um novo olhar sobre os processos variáveis e dinâmicos da linguagem.

Com base em um sólido suporte empírico, essa linha teórica investiga como fatores sociais moldam o uso da língua em diferentes níveis linguísticos. O foco principal está no uso efetivo da linguagem nas comunidades de fala. Labov (2008) entende tais comunidades como grupos definidos pelo compartilhamento de normas linguísticas. Isso implica que a análise sociolinguística deve considerar a diversidade interna desses grupos e a influência de fatores sociais — como classe, gênero e idade — sobre as formas de expressão.

Caracterizando-se por uma abordagem quantitativa, a sociolinguística variacionista utiliza ferramentas estatísticas para mensurar e interpretar os padrões de variação. Como destacam Ewald e Sousa (2019), o ponto de partida dessa análise é a comunidade linguística — entendida como o conjunto de falantes que partilham normas sobre o uso da língua. Esse conceito é essencial para explicar a coexistência de variantes dentro de um mesmo sistema linguístico e compreender como elas operam nas práticas comunicativas cotidianas.

2.3.2 Sociolinguística Educacional

A sociolinguística educacional é uma vertente que estabelece um elo direto entre os estudos da variação linguística e as práticas pedagógicas. Essa abordagem, desenvolvida por Stella Maris Bortoni-Ricardo, objetiva aplicar os achados da pesquisa sociolinguística para resolver desafios educacionais e propor estratégias de ensino mais eficazes e inclusivas. A autora define essa linha de pesquisa como um esforço para aproximar o conhecimento teórico da realidade escolar, de modo a torná-lo relevante na construção de propostas pedagógicas comprometidas com a diversidade.

Bortoni-Ricardo (2005) ressalta que a proposta da sociolinguística educacional busca promover uma pedagogia que valorize as diferenças linguísticas e culturais dos alunos. Isso demanda uma transformação de atitudes tanto por parte da escola quanto da sociedade, rompendo com modelos que privilegiam uma única norma linguística como padrão.

A autora apresenta seis princípios fundamentais para a consolidação dessa vertente: (1) a aquisição linguística escolar deve centrar-se nos estilos formais monitorados, e não no dialeto vernacular do aluno; (2) as regras linguísticas variáveis possuem caráter simbólico-social; (3) a variação linguística está intrinsecamente ligada à estrutura social; (4) os registros formais devem ser utilizados em contextos de letramento, como os encontrados em sala de aula; (5) a descrição da variação deve estar articulada a uma análise etnográfica e interpretativa do ambiente escolar; e (6) é essencial desenvolver uma consciência crítica entre docentes e discentes sobre os significados sociais da variação e da desigualdade linguística.

Esses princípios constituem a base teórico-prática para uma abordagem da linguagem na educação que considera o papel da interação, o valor das múltiplas formas de expressão e a rejeição de visões normativas excludentes. Ao integrar práticas pedagógicas e reflexão crítica, a sociolinguística educacional promove um ensino sensível à heterogeneidade linguística e ao combate ao preconceito linguístico.

2.3.3 Sociolinguística Interacional

A sociolinguística interacional, influenciada pelos estudos de John Gumperz e Erving Goffman, volta-se à análise da linguagem nas interações face a face. Essa vertente busca compreender os mecanismos que organizam a comunicação em contextos sociais específicos, especialmente aqueles relacionados à interação cotidiana. Segundo Bortoni-Ricardo (2014), essa abordagem destaca-se por considerar a comunicação como uma construção social orientada por normas e estratégias compartilhadas entre os interlocutores.

A sociolinguística interacional rejeita a separação entre linguagem e contexto social, enfatizando o modo como aspectos gramaticais, lexicais e pragmáticos são utilizados pelos falantes para construir e interpretar significados nas trocas verbais. A análise, nesse caso, vai além da forma linguística e investiga os procedimentos interacionais que permitem a construção de coerência e continuidade nas conversas.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), esse campo procura identificar as normas subjacentes ao uso da língua em interação, demonstrando que as conversas seguem padrões organizados e não são formadas por enunciados soltos ou desconexos. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que valoriza o papel do contexto na produção de sentido e oferece subsídios para compreender como os falantes coordenam suas ações comunicativas de maneira cooperativa.

2.4 PRÁTICAS DOCENTES

A sociolinguística oferece recursos teóricos que valorizam a pluralidade das formas de expressão, pois, como ressalta Alkmim (2001, p. 33), "língua e variação são inseparáveis", o que significa que a diversidade linguística é considerada parte essencial do fenômeno da linguagem. A partir dessa premissa, investiga-se como as diversas variantes linguísticas influenciam a identidade e a comunicação. Essa abordagem, aplicada à educação, propõe que a variação seja integrada como componente natural e intrínseco da língua.

No ambiente escolar, é fundamental refletir sobre as atitudes em relação às formas de falar, pois a concepção normativista que enxerga desvios como erro pode reforçar preconceitos linguísticos. Um modelo que privilegia apenas normas padronizadas tende a marginalizar e desvalorizar as variantes, o que pode gerar estigma.

Em contraposição, a sociolinguística assume caráter descritivo e intercultural ao reconhecer que a língua, enquanto fenômeno social, abriga variedades com valor comunicativo e cultural. A intenção não é apenas catalogá-las, mas compreender como esses modos de expressão se inter-relacionam com contextos sociais e históricos.

Com a consolidação de uma consciência linguística que reconhece a importância de cada variedade, propõe-se o desenvolvimento de práticas escolares que tirem estigma da diversidade linguística. Para tanto, é essencial promover atividades e debates que dialoguem com os registros formais e informais, valorizando a pluralidade inerente ao uso da língua.

2.5 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A variação linguística é um elemento intrínseco ao funcionamento da língua, sustentada tanto por fatores internos à estrutura linguística quanto por elementos sociais. Ao analisá-la, percebe-se seu caráter dinâmico: a forma e o uso da linguagem mudam conforme os contextos de uso, refletindo sua natureza fluida e adaptável.

2.5.1 Perspectiva histórica

Costa (2012, p. 5) explica que o termo "variação" deriva do latim *variatione*, que implica diversidade, mudança ou transformação, e Câmara Jr. (1981, p. 239) define variação como resultado da multiplicidade de formas que a linguagem assume.

Essa pluralidade se manifesta sob diferentes tipos de variação:

- **Histórica (diacrônica)**: mudanças ao longo do tempo.
- **Geográfica (diatópica)**: variações regionais.
- **Social (diastrática)**: associadas a características sociais como nível educacional ou classe econômica.
- **Estilística (diafásica)**: alterações conforme o contexto comunicativo.

Esses tipos de variação ocorrem em diversos níveis linguísticos: vocabulário (lexical), pronúncia (fonológico), formação de palavras (morphológico), estrutura das frases (sintático) e uso comunicativo (estilístico-pragmático). Assim, a variedade linguística expressa a riqueza de formas que emergem nas trocas entre diferentes grupos sociais.

No interior dessa multiplicidade, distinguem-se a **norma culta** e a **norma-padrão**. A norma culta, segundo Faraco (2008, p. 71), refere-se ao uso linguístico típico de falantes letrados em contextos mais formais e monitorados — incorpora estruturas valorizadas esteticamente e concepções de "correção". Por sua vez, a norma-padrão fundamenta-se nas regras da gramática tradicional, oferecendo um modelo formal frequentemente distante da realidade oral cotidiana, o que gera tensão entre o que é prescrito e o que é efetivamente falado.

2.5.2 Práticas docentes

A adoção de estratégias pedagógicas que incorporam a variação linguística significa reconhecer a diversidade como algo social, dinâmico e valioso, e não apenas como desvio normativa. Esse modelo de ensino — conhecido como "pedagogia da variação" — busca ir além da transmissão da norma culta, ao mesmo tempo que valoriza as diferentes variedades e modos de falar.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), nas últimas décadas, educadores brasileiros — em especial os linguistas — têm promovido uma abordagem que considera os chamados "erros" linguísticos não como deficiência, mas como diferenças entre variedades. Eles afirmam que é pedagogicamente inadequado usar a ocorrência desses desvios como forma de constrangimento aos alunos. Em vez disso, uma pedagogia que valorize a cultura dos estudantes precisa conscientizá-los sobre tais diferenças de forma respeitosa e contextualizada.

A proposta pedagógica que valoriza a bagagem linguística dos alunos exige metodologias que conectem a sociolinguística à prática educacional, permitindo que o ensino da norma culta conviva junto à valorização das variedades. Este modelo apresenta a língua como algo em constante evolução.

Dentre os estudiosos que colaboram para esse olhar, destacam-se Stella Maris Bortoni-Ricardo, com suas contribuições à sociolinguística educacional e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, e a coletânea *Introdução: Domínios e Fronteiras* (Mussalin & Bentes, 2001), que enfatiza os princípios sociolinguísticos es-

senciais no processo de ensino-aprendizagem. Essas contribuições são fundamentais para fomentar uma educação que reconheça e valorize a riqueza das expressões linguísticas dos estudantes, promovendo um ambiente mais inclusivo e enriquecedor.

2.5.3 Sociolinguística e Formação Docente Crítica

A compreensão da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa constitui um desafio persistente, especialmente diante da histórica dissociação entre a norma-padrão e as demais variantes linguísticas utilizadas pelos falantes. Observa-se, frequentemente, uma valorização excessiva da norma culta em detrimento das formas linguísticas não hegemônicas, o que acaba por marginalizar e excluir socialmente sujeitos que não dominam esse padrão. Essa prática acarreta prejuízos significativos ao processo de ensino-aprendizagem, dificultando a construção de uma educação mais inclusiva e significativa.

Nesse cenário, a elaboração de uma proposta pedagógica que articule o ensino da norma-padrão com as variantes linguísticas demanda uma formação docente crítica e engajada. Tal perspectiva visa enfrentar a desigualdade linguística historicamente instituída, segundo a qual a norma culta é concebida como sinônimo de correção, enquanto as demais variantes são socialmente estigmatizadas. Abordagens que negligenciam essa diversidade comprometem a eficácia das práticas educativas e tornam o processo de ensino menos relevante para os estudantes.

Para superar a centralidade absoluta da norma culta, torna-se necessário elaborar estratégias pedagógicas que estimulem a consciência crítica sobre a variação linguística. Isso implica reconhecer que todas as variedades linguísticas são regidas por regras próprias e funcionam de modo adequado em seus contextos de uso, o que exige sua valorização no espaço escolar. Nesse sentido, a sociolinguística se apresenta como campo teórico e metodológico fundamental para sustentar práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade. Como destacam Zilles e Faraco (2015):

> Uma das práticas pedagógicas indispensáveis para o ensino/aprendizagem da expressão culta é precisamente despertar a consciência dos alunos para a variação linguística, a fim de que eles aprendam os pontos críticos que distanciam a variedade que eles aprenderam em casa das variedades cultas, e possam trabalhar sistematicamente, ao longo da escolaridade básica, para dominar estas últimas. (Zilles e Faraco, 2015, p. 27).

Assim, a incorporação de pressupostos da sociolinguística à prática pedagógica permite considerar os múltiplos fatores sociais envolvidos na construção das identidades linguísticas dos falantes, tais como classe social, gênero, etnia e contexto cultural. Essa abordagem favorece uma leitura mais aprofundada das dinâmicas linguísticas presentes nas salas de aula e possibilita a formulação de atividades que convidem os estudantes a refletirem criticamente sobre como suas experiências sociais moldam suas práticas de linguagem. Ao mesmo tempo, contribui para desconstruir estereótipos linguísticos e estimular o respeito à pluralidade, promovendo ambientes educacionais mais equitativos e acolhedores.

Importa destacar que o reconhecimento da variação linguística não implica a negação da norma-padrão. Ao contrário, defende-se uma abordagem equilibrada, em que

a norma padrão seja compreendida como uma das formas possíveis de expressão linguística, socialmente valorizada em determinados contextos. Essa visão se contrapõe a um ensino prescritivo que impõe a uniformização como regra e desconsidera a legitimidade das variantes populares. Camacho (2012) observa:

> O ensino de língua na escola pratica tradicionalmente o modelo da deficiência. O principal pressuposto da tradição normativa é que cabe à escola o papel de compensar supostas carências socioculturais. Decorre desse pressuposto que a principal tarefa do ensino é substituir formas das variedades populares por formas da norma padrão. (Camacho, 2012, p. 78).

Ao tratar as variedades linguísticas como “erros” que devem ser corrigidos, a escola fortalece hierarquias linguísticas que alimentam a exclusão. O modelo tradicional, ancorado na gramática normativa, opera a partir de uma lógica deficitária, segundo a qual as formas linguísticas das classes populares são interpretadas como inadequações que precisam ser extintas pelo ensino formal. Nesse processo, a escola, que deveria desempenhar papel central na valorização da diversidade, muitas vezes atua reforçando a concepção de que há uma única forma legítima da língua. Essa perspectiva exclui as experiências linguísticas dos estudantes, comprometendo o reconhecimento de sua identidade e agência no espaço escolar.

Em contraposição a esse modelo, estudos sociolinguísticos defendem uma abordagem pedagógica inclusiva, que reconheça a língua como fenômeno dinâmico e multifacetado. O ensino da norma padrão, portanto, deve ocorrer de forma crítica, promovendo o desenvolvimento da competência linguística dos estudantes em múltiplos registros, formais e informais, conforme o contexto de uso. Como afirma Camacho (2012):

> A esse modo de existência, a sociolinguística propôs uma alternativa fundamental, segundo a qual variações de linguagem não devem passar por um crivo valorativo, já que não são mais que formas alternativas que o sistema linguístico põe à disposição do falante. (Camacho, 2012, p. 780).

Essa concepção orienta uma pedagogia da língua materna que se distancia das prescrições ultrapassadas, propondo a atualização constante da norma padrão com base na variedade culta urbana e a promoção da adequação linguística às circunstâncias comunicativas. Como ressalta o mesmo autor:

> Nesse caso, outra tarefa essencial da pedagogia da língua materna é, por um lado, atualizar constantemente a norma padrão, substituindo prescrições ultrapassadas, de base escrita e literária, por normas oriundas da variedade culta urbana, amplamente reconhecida; e, por outro lado, sensibilizar o aluno para a adequação das formas às circunstâncias do processo de comunicação. (Camacho, 2012, p. 780).

Dessa forma, o papel da pedagogia da língua vai além da reprodução normativa: trata-se de alinhar o ensino às exigências comunicativas da sociedade contemporânea, levando os alunos a compreender a importância da adequação linguística, sem desqualificar os usos linguísticos com os quais já têm familiaridade. A sociolinguística, nesse con-

texto, torna-se um instrumento epistemológico essencial para promover práticas pedagógicas transformadoras, centradas na diversidade, na reflexão crítica e na formação cidadã.

3 CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA DE ENSINO

A presente seção propõe uma reflexão fundamentada nas contribuições teóricas de Stella Maris Bortoni-Ricardo, especialmente a partir da obra *Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. Seu objetivo é analisar caminhos para uma prática de ensino sensível à diversidade linguística, tendo como eixo a incorporação crítica da sociolinguística ao ambiente escolar.

Conforme observa Bortoni-Ricardo (2005), a implementação de uma política pedagógica orientada por pressupostos sociolinguísticos exige o estudo atento das variações correntes da língua portuguesa. Para tanto, é necessário distinguir entre traços graduais e traços descontínuos:

> A implementação da política pedagógica recomendada pelos linguistas requer, portanto, o estudo cuidadoso das variações correntes na língua portuguesa. A análise deverá distinguir traços graduais de traços descontínuos. Os primeiros determinam uma estratificação gradual ao longo do continuum socioletal e funcionam também como marcadores de registro. Os traços descontínuos são privativos de variedade sujeitas a forte estigmatização na sociedade como um todo. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 28).

Essa proposta pressupõe reconhecer a legitimidade das diferentes formas de uso da língua, compreendendo que a diversidade linguística não deve ser tratada como deficiência, mas como recurso comunicativo e identitário. Nesse sentido, a autora destaca que uma estratégia pedagógica eficaz exige o conhecimento das características linguísticas e sociais dos alunos, para que se possa construir um ensino contextualizado e justo (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 27–28).

Dessa análise emergem três condições fundamentais: (i) respeitar as peculiaridades culturais dos alunos, evitando a produção de conflitos de valor e insegurança linguística; (ii) garantir o acesso à norma-padrão como ferramenta de mobilidade social; e (iii) assegurar que tais práticas sejam operacionalizáveis no cotidiano escolar.

Essa proposição marca um rompimento com o viés normativo tradicional, ao mesmo tempo em que preserva a relevância do ensino da norma-padrão. O equilíbrio entre norma e variações torna-se essencial para uma pedagogia comprometida com a equidade. A primeira dimensão valoriza os saberes linguísticos dos alunos, reconhecendo sua cultura e identidade. A segunda reafirma que o ensino da norma culta deve ser visto como ampliação de repertório, não como imposição. A terceira, por sua vez, preconiza a aplicabilidade concreta das estratégias pedagógicas no cotidiano da sala de aula.

Nesse contexto, Bortoni-Ricardo (2005) adverte:

> Não basta, por exemplo, escrever uma gramática variacionista e entregá-la ao professor, pois estaríamos simplesmente substituindo a gra-

> mática normativa que ele já usa por outra, onde os fenômenos da língua não são tratados como categorias, mas vêm acompanhados das probabilidades de sua ocorrência de acordo com os fatores que os desencadeiam ou os inibem. É uma falácia acreditar que, com uma gramática de cunho variacionista, o ensino e a aprendizagem da língua materna vão automaticamente melhorar. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 130).

Com isso, a autora reforça a necessidade de articulação entre teoria e prática, a partir de uma formação docente ampla, que favoreça a compreensão crítica das relações entre língua e sociedade. A superação da postura tradicional normatizadora demanda ações pedagógicas pautadas na diversidade, nas diferenças regionais, sociais e culturais. Isso implica a consolidação de práticas inclusivas, sustentadas por formação continuada e reflexão crítica.

Para tanto, Bortoni-Ricardo (2005) propõe seis princípios norteadores no campo da sociolinguística educacional, que auxiliam na construção de uma prática sensível às dinâmicas do uso da linguagem. O primeiro desses princípios afirma:

> No desenvolvimento das ações da Ação sociolinguística Educacional, o primeiro princípio a se considerar é que a influência da escola na aquisição da língua não deve ser procurada no dialeto vernáculo dos falantes em seu estilo mais coloquial, mas sim em seus estilos formais monitorados. ‘(...) A tarefa da escola está justamente em facilitar a incorporação ao repertório linguístico dos alunos de recursos comunicativos que lhes permitam empregar com segurança os estilos monitorados da língua, que exigem mais atenção e maior grau de planejamento’. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 130–131).

Com base nesse princípio, compreende-se que a escola deve atuar como mediadora, apresentando aos alunos os diferentes registros linguísticos e favorecendo a ampliação de seu repertório comunicativo. O ensino, portanto, deve promover a apropriação consciente dos estilos mais formais, respeitando o conhecimento prévio dos estudantes.

O segundo princípio se refere ao valor social atribuído às formas linguísticas:

> O segundo princípio relaciona-se ao caráter sociossimbólico das regras variáveis. Regras que não estão associadas à avaliação negativa na sociedade não são objeto de correção na escola e, portanto, não vão influir consistentemente nos estilos monitorados. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 131).

A partir disso, compreende-se que o estigma de certas formas linguísticas está ancorado em relações de poder. O professor, ao reconhecer essa dimensão social, poderá adotar posturas mais inclusivas, indo além da simples correção gramatical.

No terceiro princípio, a autora reforça a relação entre variação linguística e estrutura social: “O terceiro princípio refere-se à inserção da variação sociolinguística na matriz social.” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 131).

Esse entendimento permite abordar as desigualdades estruturais que atravessam os usos linguísticos, promovendo a reflexão crítica sobre como diferentes grupos acessam (ou não) os códigos de prestígio. Assim, o ensino da língua deve possibilitar o trânsi-

to dos alunos entre os diferentes registros e estilos, respeitando suas origens e promovendo sua inclusão.

O quarto princípio propõe uma ressignificação da dicotomia entre "português certo" e "português errado", substituindo-a pela distinção entre oralidade e letramento:

> De acordo com o quarto princípio, os estilos monitorados na língua são reservados à realização de eventos de letramento em sala de aula. Para a realização de eventos de oralidade, podemos-nos valer de estilos mais casuais. Desta forma, em lugar da dicotomia entre português culto e português ruim, institui-se na escola uma dicotomia entre letramento e oralidade [...] vamos fazer uma distinção entre a língua que usamos para falar com pessoas de quem gostamos e em quem confiamos e a língua que usamos para ler, escrever e falar, quando falamos da maneira como escrevemos. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 132).

A proposta visa orientar os alunos quanto à adequação linguística, sem julgamento de valor, valorizando o domínio de múltiplas formas de expressão.

No quinto princípio, amplia-se a análise da variação a partir de sua dimensão interpretativa:

> A descrição da variação na sociolinguística educacional não pode ser desassociada da análise etnográfica e interpretativa do uso da variação em sala de aula. [...] Os significados que a variação assume podem variar muito. [...] Entre os professores [...] haverá aqueles que atribuem valor muito negativo à variação e outros que a veem como uma característica natural dos alunos, indicadora de sua cultura. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 132–133).

Trata-se, portanto, de compreender a variação como parte de um processo interacional, que deve ser analisado em função dos sentidos sociais produzidos no espaço escolar.

Por fim, o sexto princípio trata da necessidade de formação crítica de professores e alunos: "Finalmente, o sexto princípio refere-se ao processo de conscientização crítica dos professores e alunos quanto à variação e à desigualdade social que ela reflete." (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 133).

A formação continuada, nesse contexto, torna-se condição essencial para a mudança de paradigma. Apenas com a superação de uma pedagogia técnica e transmissiva é possível consolidar um ensino crítico da língua materna.

Ao final desse percurso, Bortoni-Ricardo reafirma a importância da proposta de currículo bidialetal como estratégia de superação das desigualdades escolares. Tal proposta permite a articulação entre norma-padrão e variedades populares, garantindo aos alunos acesso aos diferentes registros, sem deslegitimar seus repertórios de origem. A autora conclui:

> O princípio filosófico que norteia a proposta é o de que a oferta de oportunidades educacionais igualitárias é uma estratégia eficaz de superação das graves distorções sociais do país. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 134).

Dessa forma, a integração da sociolinguística ao ensino da língua portuguesa, aliada à formação crítica de professores, configura-se como caminho possível para uma pedagogia que reconheça e valorize a diversidade linguística, promovendo a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito principal reafirmar a importância de um ensino de língua portuguesa que reconheça e valorize a variação linguística como constitutiva da linguagem e da identidade dos sujeitos. Ao defender o distanciamento de uma abordagem exclusivamente normativa — centrada de forma rígida na norma culta — propôs-se aqui uma perspectiva que compreenda a norma-padrão como uma entre diversas formas legítimas de uso linguístico, devendo ser ensinada de modo contextualizado e articulado à realidade social dos falantes.

As contribuições teóricas analisadas, especialmente a partir da sociolinguística educacional, permitiram compreender que a promoção de uma educação linguística equitativa — capaz de enfrentar o preconceito linguístico — exige uma revisão crítica dos fundamentos pedagógicos que orientam o ensino da língua materna. A obra de Bortoni-Ricardo, em particular, oferece subsídios fundamentais para a construção de uma prática docente que articule, de modo consciente, teoria e prática, reconhecendo a heterogeneidade da língua e propondo estratégias viáveis para o trabalho em sala de aula.

Nesse sentido, uma transformação efetiva no ensino da língua exige a adoção de uma pedagogia concreta, que respeite as especificidades culturais e linguísticas dos estudantes, e que trate a norma-padrão não como padrão absoluto, mas como um recurso comunicativo a ser compreendido e utilizado de forma consciente. Tal perspectiva pressupõe o abandono da lógica binária do “certo” e “errado”, substituindo-a por uma abordagem que trabalhe com os conceitos de adequação e variação, diferenciando estilos linguísticos monitorados e casuais.

O desenvolvimento de estratégias pedagógicas aplicáveis e contextualizadas torna-se, portanto, uma necessidade urgente, especialmente quando se pensa na superação do ensino prescritivo e excludente. Para tanto, o investimento na formação docente é elemento essencial, sendo esta formação orientada por bases teóricas sólidas que capacitem o professor a compreender a linguagem em sua dimensão social, simbólica e interacional.

Em síntese, os referenciais teóricos discutidos ao longo da pesquisa evidenciaram que o reconhecimento da pluralidade linguística é uma condição fundamental para a construção de práticas educativas mais inclusivas e socialmente justas. Ao propor um diálogo entre a norma-padrão e as diversas variedades linguísticas, a sociolinguística se apresenta como campo epistemológico capaz de oferecer recursos teóricos e metodológicos que contribuem para o enfrentamento das desigualdades no espaço escolar.

Contudo, a análise revelou que, embora o discurso acadêmico já reconheça, em parte, a importância da diversidade linguística, ainda persiste um hiato significativo entre esse reconhecimento teórico e a prática pedagógica efetiva nas escolas. Tal constatação reforça a urgência de se investir em propostas formativas e em materiais didáticos que concretizem esses princípios, além de estimular novas investigações comprometidas

com a construção de um ensino da língua portuguesa mais coerente com os direitos linguísticos e culturais dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v.1 São Paulo: Cortez, 2001. Parte I, p. 31-33.

ALMEIDA, Joyce Elaine de; BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Variação linguística na escola. São Paulo: Contexto, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em : 18 junho 2024.

Bortoni-Ricardo, Stella Maris.Manual de sociolinguística / Stella Maris Bortoni-Ricardo. São Paulo : Contexto, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolingüística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

CÂMARA JR. J. MATTOSO. Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua Portuguesa. Petrópolis. Vozes, 1981.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

COELHO, Izete Lehmkuhl. et al. Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, Catarina de Sena Cerqueira Mendes da. Variação/diversidade linguística, oralidade e letramento: discussões e propostas alternativas para o ensino de Língua Portuguesa. 2012. Disponível em: http:www.ileel.eifu.ler/anaisdosielp/pt/arquivos/Sielp 2012/1438.pdf. Acesso em 03 de abril de 2024.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DEZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira, desatando alguns nós. 1.ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

Labov, William Padrões sociolingüísticos I William Labov; traduçao Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. -Sao Paulo, Parábola Editorial, 2008. 392p.- (Lingua[gem]; 26) Sociolinguística / Izete Lehmkuhl Coelho ... [et al.]. – Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 2010.

Mollica, Maria Cecília; Braga, Maria Luiza. Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo : Contexto, 2003.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 1,0 MB; e-PUB.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.Ewald, Luana Sociolinguística. / Luana Ewald; Danielle Vanessa Costa Sousa. – Indaial: UNIASSELVI, 2019.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org). Pedagogia da Variação Linguística:língua, diversidade e ensino. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.